



DE 14 A 18 MARÇO DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 140/XIII](#)

Valoriza as longas carreiras contributivas, garantindo a antecipação da pensão sem penalizações aos beneficiários que completem 40 anos de descontos

Autoria: PCP

[Projeto de Resolução 182/XIII](#)

Assegura a atribuição do subsídio de educação especial e garante os apoios clínicos a todas as crianças e jovens com deficiência

Autoria: PCP

CUSTAS PROCESSUAIS

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 5/2016 - Diário da República n.º 54/2016, Série I de 2016-03-17](#)

Supremo Tribunal de Justiça

«A parte dispensada do pagamento prévio da taxa de justiça devida pelo pedido de indemnização civil que, na vigência do Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 34/2008](#), de 26.02, tenha sido deduzido no processo penal e que se encontrar pendente à data da entrada em vigor da [Lei n.º 7/2012](#), de 13.02, deve, independentemente de condenação em custas, ser notificada, a final, para proceder, no prazo de dez dias, ao pagamento da taxa de justiça, nos termos do artigo 15.º, número 2, do referido Regulamento, na redação dada pela citada [Lei n.º 7/2012](#), de 13.02, aplicável por força do disposto no artigo 8.º, número 1, deste diploma»

ENERGIA

[Portaria n.º 45/2016 - Diário da República n.º 55/2016, Série I de 2016-03-18](#)

Economia

Estabelece o modelo de formulário único para efeitos do envio de informação sobre o preço dos combustíveis praticados nos postos de abastecimento, bem como sobre a quantidade de produto comercializado

FERIADOS NACIONAIS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

[Presidente da República promulga decreto restabelecendo quatro feriados nacionais](#)

Sabendo, embora, que a nova lei pode, porventura, ter implicações económicas e financeiras não quantificadas, atendendo à alteração do contexto que a motivou, o Presidente da República promulgou hoje, em coerência com a posição desde sempre assumida nesta matéria, o Decreto da Assembleia da República alterando o Código de Trabalho, restabelecendo quatro feriados nacionais: os dias de Corpo de Deus, 5 de outubro, 1 de novembro e 1 de dezembro.

FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Proteja-se contra a fraude na internet: Banco de Portugal divulga boas práticas nas operações bancárias e pagamentos online](#)

[Boletim Oficial n.º 3/2016](#)

[Divulgação das taxas máximas aplicáveis aos contratos de crédito aos consumidores no 2.º trimestre de 2016](#)

[Indicadores Coincidentes](#)

Avisos

[Aviso n.º 1/2016](#) - Adapta o quadro regulamentar referente ao risco imobiliário, enquadrando-o no quadro prudencial vigente. O reporte de informação previsto no artº 3, com referência ao ano de 2015, deve ser efetuado até 15 de abril de 2016. Revoga a Instrução n.º 120/96, de 16 de agosto, com exceção do disposto na alínea b) do n.º 2, que se mantém em vigor até 31 de dezembro de 2017, nos termos previstos no artigo 11.º do aviso n.º 6/2013, de 27 de dezembro.

Instruções

[Instrução n.º 3/2016](#) - Divulga, para o 2º trimestre de 2016, as taxas máximas a praticar nos contratos de crédito aos consumidores no âmbito do DL nº 133/2009, de 2-6.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[CMVM e IPCG estabelecem bases de entendimento sobre códigos de governo societário](#)

[Circular aos auditores de Entidades de Interesse Público - Prestação de serviços distintos da auditoria](#)

 **FISCAL**

[Aviso n.º 5/2016 - Diário da República n.º 51/2016, Série I de 2016-03-14](#)

Negócios Estrangeiros

Torna público que foram emitidas notas, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e dos Senegaleses no Exterior, em que se comunica terem sido cumpridas as formalidades constitucionais internas de aprovação da Convenção entre a República Portuguesa e a República do Senegal para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, a 13 de junho de 2014

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2016 - Diário da República n.º 53/2016, Série I de 2016-03-16](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina a criação da Fatura Única Portuária por Escala de Navio

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício-circulado n.º 20184/2016, de 14/03](#) - Cálculo da derrama estadual / regional no caso de a atividade ser exercida na Zona Franca da Madeira e fora desta Zona Franca, quando seja aplicável o disposto no artigo 36.º do EBF.

[Ofício-circulado n.º 40114/2016, de 16/03](#) - Imposto Municipal sobre Imóveis - Isenção de IMI para prédios habitacionais arrendados em regime de arrendamento apoiado para habitação permanente - Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro.

[IRS 2015 - Consulta das despesas para deduções à coleta](#)

 **MAR**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2016 - Diário da República n.º 53/2016, Série I de 2016-03-16](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina a criação da Fatura Única Portuária por Escala de Navio

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2016 - Diário da República n.º 53/2016, Série I de 2016-03-16](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Concretiza a implementação do Mar 2020, através do estabelecimento de prazos para proceder à publicação dos regulamentos específicos das medidas de apoio previstas no Programa Operacional Mar 2020 e determina a abertura de concursos para os DLBC - desenvolvimento local de base comunitária nas Regiões Autónomas

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2016 - Diário da República n.º 53/2016, Série I de 2016-03-16](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece as condições de funcionamento da Comissão Interministerial dos Assuntos do Mar

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2016 - Diário da República n.º 53/2016, Série I de 2016-03-16](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria o Grupo de Trabalho interministerial «Energia no Mar»



RESPONSABILIDADE CIVIL

[Acórdão n.º 55/2016 - Diário da República n.º 51/2016, Série II de 2016-03-14](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucionais os artigos 483.º, 798.º e 799.º do Código Civil, interpretados no sentido de abrangerem uma pretensão indemnizatória dos pais de uma criança nascida com uma deficiência congénita, a serem ressarcidos pelo dano resultante da privação do conhecimento dessa circunstância, no quadro das respetivas opções reprodutivas, quando esse conhecimento ainda apresentava potencialidade para determinar ou modelar essas opções



TERCEIRO SECTOR

[Despacho n.º 3859/2016 - Diário da República n.º 53/2016, Série II de 2016-03-16](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinete da Secretária de Estado da Segurança Social

Aprova as normas reguladoras do reconhecimento por equiparação a instituições particulares de solidariedade social das cooperativas de solidariedade social que prossigam os objetivos previstos no Estatuto das IPSS

 **TMT**

ANACOM

[Comissão Europeia lança consulta sobre as tarifas de terminação fixas e móveis](#)

Questionário *online* decorre até 07.06.2016.
18.03.2016

 **TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

[Lei n.º 6/2016 - Diário da República n.º 54/2016, Série I de 2016-03-17](#)

Assembleia da República

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 246/2015](#), de 20 de outubro (primeira alteração à [Lei n.º 90/2009](#), de 31 de agosto, que aprova o regime especial de proteção na invalidez, e terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 265/99](#), de 14 de julho, que cria o complemento por dependência)

[Lei n.º 7/2016 - Diário da República n.º 54/2016, Série I de 2016-03-17](#)

Assembleia da República

Majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção para os residentes nas regiões autónomas

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 6/2016 - Diário da República n.º 55/2016, Série I de 2016-03-18](#)

Supremo Tribunal de Justiça

«Interposto recurso com efeito suspensivo para o Tribunal da Relação da decisão proferida em providência cautelar que tenha decretado a suspensão do despedimento, não são devidas ao trabalhador retribuições entre a data do despedimento e o trânsito em julgado do acórdão do Tribunal da Relação que confirme a suspensão do despedimento, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 40.º do Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 480/99](#), de 9 de novembro»

 **RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

[Decreto Legislativo Regional n.º 15/2016/M - Diário da República n.º 51/2016, Série I de 2016-03-14](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Segunda alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 15/2005/M](#), de 9 de agosto, que procede à classificação das estradas da rede viária regional

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 8/2016/M - Diário da República n.º 52/2016, Série I de 2016-03-15](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Reconhece como sendo do interesse público a Linha Ferry da Região Autónoma da Madeira

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 9/2016/M - Diário da República n.º 52/2016, Série I de 2016-03-15](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Apresenta à Assembleia da República a proposta de alteração à [Lei n.º 54/2005](#), de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos

UNIÃO EUROPEIA

COMISSÃO EUROPEIA

[Indústria siderúrgica: A Comissão toma medidas para preservar o emprego e o crescimento sustentáveis na Europa](#)

A Comissão Europeia apresentou uma [Comunicação](#) onde expõe o modo como o setor siderúrgico europeu pode superar os seus desafios a curto e a longo prazo, com o apoio dos Estados-Membros e das instituições da UE.

[Antitrust: inquérito setorial sobre o comércio eletrónico conclui que o bloqueio geográfico é uma prática generalizada em toda a UE](#)

As conclusões iniciais do inquérito setorial da Comissão sobre o comércio eletrónico revelam que o bloqueio geográfico é uma prática generalizada em toda a UE. Esta situação deve-se, em parte, a decisões unilaterais das empresas de não venderem para o estrangeiro, mas também a obstáculos contratuais criados pelas empresas para impedirem os consumidores de efetuarem compras em linha noutros países da UE.

Consulta pública

TMT

[Consulta pública sobre a avaliação da Recomendação 2009/396/UE da Comissão sobre o tratamento regulamentar das tarifas da terminação de chamadas em redes fixas e móveis na UE](#)
15.03.2016 – 07.06.2016

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

CONSELHO EUROPEU

[Conclusões do Conselho Europeu sobre o Emprego, o Crescimento e a Competitividade e sobre o Clima e a Energia](#)

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 17 DE MARÇO DE 2016

O Governo decidiu submeter, para aprovação, à Assembleia da República, a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino da Arábia Saudita, assinada em 8 de abril de 2015, e a Convenção entre a República Portuguesa e o Sultanato de Omã, assinada em 28 de abril de 2015, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, assinada em Lisboa em 8 de abril de 2015.

[Comunicado na íntegra](#)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2015-2012

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2015 - 2011